



## PODER

# Nova queda de braço entre Lula e Congresso

Após criar mal-estar ao enviar ao Congresso a MP da reoneração da folha, na semana passada, petista dobra o desafio ao Legislativo com 34 vetos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

» EDLA LULA

O governo esticou ainda mais a corda, ao vetar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, diversos dispositivos relacionados à previsão de gastos com emendas de deputados e senadores. O Congresso, que já vinha ressentido com a edição da Medida Provisória (MP) da reoneração da folha de pagamentos, na semana passada, não reagiu bem à derubada dos itens incluídos pelo relator Danilo Forte (União-CE), que davam mais poderes aos parlamentares sobre o Orçamento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a LDO de 2024, mas impôs 34 vetos. Entre os itens mais polêmicos está o que criou o calendário para liberação e pagamento das emendas feitas por deputados e senadores individualmente e também as de bancada estadual.

Ao justificar o veto à criação do cronograma, a mensagem do presidente Lula afirmou que a emenda "atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo federal, sem previsão constitucional expressa". Além disso, iria de encontro "ao primado de que o Poder Executivo federal estabelece o cronograma financeiro de desembolso", na contramão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O polêmico item do artigo 85 da LDO, que estabelecia o mínimo de 0,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano de 2022 para emendas de iniciativa de comissões permanentes da Câmara e do Senado, também foi suprimido por Lula. A justificativa argumenta que não há "autorização constitucional para patamar mínimo para tais espécies de emendas."

Em outro ponto, Lula retirou da LDO o item que dava o prazo máximo até 30 de junho para o pagamento de transferência da União diretamente aos estados, para programas ligados à saúde e assistência social, dentro da modalidade fundo a fundo. "O preceito atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo federal sem previsão constitucional expressa", informou a justificativa do veto.

O relator Danilo Forte foi o primeiro a se manifestar contrariamente aos vetos do presidente Lula. Em uma longa nota à imprensa,

## Linha mestra

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as regras do Orçamento público, assim como os limites para o aumento de receitas e despesas ao longo do ano

### PRINCIPAIS PARÂMETROS

#### Meta de resultado primário

**R\$ 0,00 (zero real)**, podendo haver superávit (saldo positivo) ou déficit (saldo negativo) de até R\$ 28,75 bilhões.

**R\$ 5 bilhões** destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ficaram fora do cálculo.

#### Salário mínimo

**R\$ 1.389**, mas a Lei Orçamentária Anual (LOA) já definiu valor maior, de R\$ 1.412, considerando a nova regra de reajuste.

#### Fundo eleitoral

**R\$ 4,9 bilhões**

#### VETOS PRESIDENCIAIS

Ao todo foram 34 vetos, na LDO sancionada ontem. Veja alguns deles:

- Cronograma obrigatório para empenho e pagamento de emendas individuais e de bancada estadual até junho
- Pagamento integral até 30 de junho de 2024 das transferências automáticas da União para entes federativos nas áreas de Assistência Social e Saúde (fundo a fundo)
- Amplia o valor destinado a emendas parlamentares por meio das comissões permanentes em montante equivalente ao menos a 0,9% da Receita Corrente Líquida do ano de 2022
- Proibidos os gastos com programas voltados a pautas de costume, tratando, por exemplo, de temas ligados à sexualidade ou aborto.

Fonte: LDO/2024

o deputado disse, entre outras coisas, que "será possível reverter os vetos citados de maneira a preservar os avanços institucionais, políticos, sociais e econômicos presentes na peça orçamentária".

## Cabo de guerra

O relator argumenta que a criação do cronograma buscou "fortalecer a autonomia do Legislativo". No entender de Forte, o dispositivo traria "maior equidade e previsibilidade a parlamentares e aos prefeitos, que são os que mais sofrem com os critérios subjetivos de liberação dos recursos".

Se quiser vencer esse cabo de guerra, a base aliada de Lula não poderá esperar o fim do recesso para iniciar o corpo a corpo com

seus pares. Essa é a análise de especialistas ouvidos pelo **Correio**. "Do ponto de vista técnico, os argumentos do presidente Lula para os vetos são bastante razoáveis. Mas a derrubada do veto é um ato político. O Legislativo vem ganhando proeminência nos últimos anos e quer avançar no controle do Orçamento", observou o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, consultor sênior da GO Associados.

André Pereira César, cientista político da Hold Assessoria Legislativa, recorda que "o governo não tem base significativa no Congresso", por isso precisará do empenho dos seus interlocutores desde já. "Não há dúvida de que o Congresso vai partir para cima. Por isso, os líderes da base

precisam disparar os seus telefonemas imediatamente. Não podem esperar até fevereiro", disse César. Ele lembrou que o governo pode usar como argumento para o convencimento, o fato de que a ausência do cronograma é benéfico para o próprio Parlamento, uma vez que as emendas são uma importante "moeda de troca" nas negociações dos líderes partidários com o governo.

Lula também derrubou algumas emendas relacionadas às chamadas pautas de costumes, como a que impediria o financiamento de invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas; ações tendentes a influenciar crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo

biológico; ações tendentes a desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família tradicional, formado por pai, mãe e filhos; cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo; e realização de abortos, exceto nos casos autorizados em lei.

"O dispositivo traz, na LDO, regra para vedar geração de despesas que, direta ou indiretamente, promovesses, incentivasses ou financiassem várias condutas aleatórias, impertinentes em relação ao que costumeiramente constam em leis de diretrizes orçamentárias. Isso, por si, evidenciava a violação ao comando normativo orçamentário", afirmou Lula em sua mensagem, apontando que essas emendas contrariariam a *Constituição Federal*.

## Resistência entre aliados

» EVANDRO ÉBOLI

O descontentamento com a edição da Medida Provisória (MP) que reonera 17 setores da economia chegou na base do governo, e a proposta segue enfrentando resistência no Congresso Nacional. A reação à MP ganhou a oposição do primeiro-vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), aliado de primeira hora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele foi o relator da prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2027 no Senado.

O senador disse, em entrevista ao **Correio**, que o governo errou em enviar esse assunto numa medida provisória, que deveria ter optado por um projeto de lei e afirmou também que a forma escolhida gerou um "mal-estar" entre colegas da base com quem conversa.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), referiu-se à MP como uma "estranheza", que analisará o texto e sinalizou que pode devolver a medida ao Executivo.

Vital do Rêgo afirmou que tem conversado com senadores aliados e que o sentimento é o de descontentamento. "Evidentemente, tenho falado com alguns companheiros, inclusive, no nosso grupo, e é considerável a parcela que externou seu descontentamento. Há um descontentamento considerável."

Para o vice-presidente do Senado, o governo deveria ter dialogado antes do envio da MP. "Eu, pessoalmente, que sou da base, acho que o governo deveria ter conversado antes. Fui relator da matéria, que passou com folga nas duas Casas. Por larga vantagem. Só depois que o governo reagiu, com os vetos (de Lula), que derrubamos. É uma questão também de respeito ao Congresso. Poderia ter encaminhado um projeto, em vez da MP", completou. Ele lembrou que uma MP já impõe, porque tem vigência imediata. "Isso cria complicadores para qualquer um desses setores da economia. A base, não falei com o pessoal do PT, demonstrou esse mal-estar. A matéria foi debatida exaustivamente no Congresso", frisou.



ALEXANDRE GARCIA

**A MAIS REALISTA CHARGE DESSA PASSAGEM DE ANO MOSTRA UM GRUPO DE PESSOAS ASSUSTADAS SE ESGUEIRANDO POR TRÁS DE UMA PAREDE, ENQUANTO UMA DELAS, CUTUCA COM UMA LONGA VARA, EMPURRANDO PARA ABRIR A PORTA ONDE ESTÁ ESCRITO: 2024.**

## A porta de 2024

Em passagem de ano, todos repetimos, num vai e vem, os votos de feliz ano-novo, automaticamente, sem que a gente se dê conta que do lado de fora de nossos corações e mentes, tudo mais na Terra continua a girar, sem saber do calendário que marca o ano, essa volta completa que nosso planeta dá em torno de sua estrela. O calendário cria em nós a ideia de que um ano velho se foi, levando os trastes, e virá, agora, um novo e recém-nascido período cheio de esperanças. É a ideia do fim e do

recomeço. Já passei por isso e 83 vezes e posso garantir-vos, lembrando Lavoisier, que nada acaba nem começa novo. É tudo continuação. O que vamos colher num novo ano é o que plantamos nos anos anteriores.

Em relação ao que sonhamos e queremos, só faremos acontecer se não ficarmos à espera de que outros façam. Há quem espere por Deus para melhorar de vida, há quem espere pela sorte e há quem espere de governos. Mas o melhor investimento no futuro ano é em

nós mesmos, pois, em geral, ganhamos sempre se apostarmos em nós mesmos.

Além disso, para quem depende de milagres divinos, me avisou no dia 31 meu amigo monge beneditino: "Deus muitas vezes nos usa para realizar milagres. Quem sabe não poderemos ser instrumento desses milagres?"

A mais realista charge dessa passagem de ano mostra um grupo de pessoas assustadas se esgueirando por trás de uma parede, enquanto uma delas, cutuca com uma longa vara, empurrando para abrir a porta onde está escrito: 2024. Pois, nessas 83 passagens de ano que vivi, nenhuma delas me inquietou com tantas incertezas como esta. O ano

que chegou parece cheio de perigos para as liberdades, a Constituição, a democracia. O devido processo legal parou de funcionar, os representantes eleitos ou assustados, ou perplexos, ou inermes, ou, quem sabe, abduzidos e o Executivo parece que apresenta a cada dia um novo improviso. Um 2024 indecifrável, uma porta perigosa atrás da qual pouco se vê. Nem quero pensar no verso de Dante: "Deixai toda esperança, vós que entráis." Porque, afinal, brasileiro é profissão esperança. Quando alguém perdido no deserto clama por água! Água! Água!, a gente sabe do que está carente. Pois nunca ouvi e li tantas vezes repetida na mídia a palavra democracia,

revelando a carência. Quando direitos e garantias fundamentais são desprezados, assim como o devido processo legal e há tanto silêncio a respeito, é porque a palavra democracia está sendo usada não para exigir democracia, mas para fingir que ela está presente. Ela está gravemente doente, mas se quer mostrar que está saudável e forte, com a força das ditaduras. E se silencia, enquanto o calendário avança com restrições à liberdade de expressão, ao direito de ampla defesa. Democracia não sobrevive com exceções abertas na Constituição. O que nos espera neste ano, a continuar a marcha-ré na democracia? O que haverá por trás da porta de 2024?